

CÂMARA TÉCNICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CTCT
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 83ª REUNIÃO

Data: 7 de novembro de 2013 (9h às 16h).

Local: SRHU/MMA, Brasília/DF.

REPRESENTANTES:

1. Ministério da Saúde: ausência
2. Ministério da Integração Nacional - MI: ausência
3. Ministério da Ciência e Tecnologia - MCTI: Antônio Marcos Mendonça (antonio.mendonca@mct.gov.br) – **CONSELHEIRO SUPLENTE**
4. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): ausência
5. Ministério do Meio Ambiente - MMA/SRHU: David Guimarães Rocha (david.rocha@mma.gov.br)
6. Ministério do Meio Ambiente - MMA/ANA: Mariana Gomes Philomeno (mariana.gomes@ana.gov.br)
7. Ministério das Minas e Energia - MME: Tarcisio Tadeu de Castro (tarcisio.castro@mme.gov.br)
8. Irrigantes: Nelson Ananias Filho (nelson.filho@cna.org.br)
9. Pescadores e Usuários da Água para Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com) – **CONSELHEIRO TITULAR**
10. Prestadoras Abasteci// de Água e Esgota// Sanitário (CEDAE/CORSAN): Charles Carneiro (charles@sanepar.com.br)
11. Prestadoras Abasteci// de Água e Esgota// Sanitário (SABESP/CASAN): Luiz Aversa (laversa@aesbe.org.br)
12. Indústrias: Cláudia Salles (claudia@ibram.org.br)
13. Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas - CBHs: ausência
14. Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa – OTEPs (ABRH): Dirceu Silveira Reis Junior (dirceu.reis@gmail.com) – **CONSELHEIRO SUPLENTE**
15. Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa – OTEPs (LACTEC): Jefferson Nascimento de Oliveira (jeffno@terra.com.br)
16. Organizações Não-Governamentais – ONG (Fonasc): Rosalvo Stachiw (rosalvo_stachiw@yahoo.com.br)
17. Organizações Não-Governamentais – ONG (Coopermira): Juliano Bueno de Araújo (julianobuenodearaujo@gmail.com)

DEMAIS PRESENTES:

1. Dênis Soares (MPOG) – denis.soares@planejamento.gov.br
2. Francisco Carlos M. Machado (Fonasc/Abama) – fcarlosmachado@gmail.com
3. Luciana Melo Costa (Aesbe) – comunicacao@aesbe.org.br
4. Rosângela de Souza Santos (MCTi) – rosangela.souza@mct.gov.br
5. Yasser Macedo Daruich: yasserdaruich@gmail.com

RELATORIA:

Rachel Landgraf de Siqueira (SRHU/MMA) – rachel.siqueira@mma.gov.br

ASSUNTOS DISCUTIDOS: No dia 7 de novembro de 2013, às 9h29, a Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia (CTCT) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) iniciou a realização de sua 83ª reunião, em Brasília/DF, convocada há 12 dias, sob a presidência do Sr. Jefferson Nascimento de Oliveira (OTEP), tendo como relatora a Sra. Rachel Landgraf de

Siqueira (SRHU/MMA), da Secretaria Executiva do CNRH. Item 1 – Abertura / Informes: O Sr. Jefferson de Oliveira (OTEP) cumprimentou todos os presentes e explicou que aquela reunião não aconteceria em Bento Gonçalves/RS, conforme previsão anterior, porque o quórum ideal não havia sido confirmado. Contudo, ele e o Sr. Dirceu Reis (OTEP) participariam do 20º Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, em Bento Gonçalves, e trariam todas as informações relevantes para os temas tratados na CTCT. O Sr. Jefferson de Oliveira (OTEP) ressaltou a importância da atenção às convocações de reuniões da Câmara, pois faltas seriam penalizadas em atendimento ao Regimento Interno do CNRH. Na página eletrônica do Colegiado é possível acompanhar a participação de todos no item “quadro de frequência” de cada câmara técnica. Item 2 – Aprovação das atas da 80ª, 81ª e 82ª reuniões da CTCT: Após correções feitas pelos Srs. Jefferson de Oliveira (OTEP) e Rosalvo Stachiw (ONG) às minutas de ata da 81ª e 82ª reuniões, as atas foram aprovadas. Item 3 – Apresentação: Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), por Dênis de Moura Soares, coordenador de Estudos de Planejamento, da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (carreira de Planejamento e Orçamento/engenheiro cartógrafo), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: O Sr. Dênis Soares atua como coordenador geral de Gestão Estratégica / coordenação do Planejamento Territorial do Sistema Nacional de Planejamento. Um dos braços do sistema é a Comissão Nacional de Cartografia, a qual coordena o Sistema Nacional de Cartografia. Inicialmente, foram apresentadas as potencialidades da ferramenta da plataforma de infraestrutura de dados espaciais, criada em 2008 pelo Decreto Presidencial nº 6.666. É uma ferramenta de monitoramento e avaliação de políticas públicas, sobretudo captando seu impacto no território (visualização das políticas públicas no território). É uma forma de inserir o território no planejamento governamental. Traz também o uso racional das informações geográficas, isso porque foi percebido a multiplicidade de compra de dados semelhantes ou iguais, pelo poder público principalmente. É possível, por exemplo, verificar as intervenções federais num contexto regional, contribuindo, com o usuário, para uma análise sócioeconômica do território. Mapas, *shapes*, tabela de dados estão disponíveis para download. Busca-se o alinhamento do Sistema Nacional de Planejamento, ou seja, entre PPA federal, PPA estadual e PPA municipal, de forma a eliminar, evitar sobreposições de ações e, eventualmente, eliminando as sobreposições, atuar nas lacunas que esses planejamentos não estão atuando. É possível fazer análises multisetoriais. Exemplos de informações existentes: sobre hidrovias, perímetros irrigados, usinas hidrelétricas, montantes de investimentos em energia, cidades que polarizam os serviços públicos, áreas indígenas, empreendimentos de infraestrutura, inclusive privados (fornecidos pelo MDIC, por exemplo), indicadores sócioeconômicos do IBGE (o qual é braço da INDE), dados da ANA e do MMA (por enquanto, o Ministério oferece apenas metadados). O Ministério das Cidades ainda não aderiu. O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), por exemplo, está muito avançado na disponibilização das informações. Muitos disponibilizam não só dados atuais, como histórico, o que possibilita análises. A plataforma é apenas um instrumento, uma ferramenta. Não produz análises, dá o suporte. O portal possui uma gestão descentralizada, o que significa que a INDE não centraliza as informações num repositório central. Quem alimenta a INDE alimenta de onde trabalha. A ANA, por exemplo, abre um *web service* de forma que a plataforma consome esse serviço. A plataforma não copia todos os dados, mas consome apenas aquilo que o usuário deseja. Os dados estão nos órgãos, por isso não há desatualização. Os órgãos oferecem o serviço direto de seus sistemas por meio da plataforma INDE. É possível verificar todos aqueles que estão ligados à plataforma e disponibilizam dados. Está por instituições e, também, por categorias, por exemplo. Segundo o decreto, a adesão à INDE é compulsória para órgãos do governo federal e facultativa para os órgãos estaduais e municipais. O que está sendo trabalhada é uma agenda de desenvolvimento territorial, onde o Ministério do Planejamento promove o alinhamento dos planos federal, estadual e municipal. Naturalmente, os estados estão começando a sentir a necessidade de aderir à plataforma. E há o forte interesse pelo cruzamento das informações dos estados com as do governo federal. Hoje, só estão previstas informações

de entidades governamentais/públicas, o que não proíbe informações de outras organizações. Porém, é preciso que haja uma avaliação, pois muitas possuem convênios ou utilizam orçamentos públicos. O MPOG oferece treinamentos contínuos, em Brasília e regionais. Futuramente, também haverá cursos em educação à distância (EAD). Foi observado que uma ação da CTCT, poderia ser uma política de melhoria da confiabilidade dos dados que são incorporados, porque ainda existem bases de dados muito antigas. O Sr. Dênis Soares (MPOG) comentou que está sendo costurada a Política Nacional de Geoinformação, fomentada pela Comissão Nacional de Cartografia. Segundo o texto do projeto de lei, está previsto como instrumento o Plano Nacional de Geoinformação que, certamente, entrará na preocupação de confiabilidade de dados. Disse que a participação da CTCT durante o processo de desenvolvimento da política seria muito bem-vista. O convite à CTCT seria feito quando houvesse uma próxima reunião. A apresentação feita pelo Sr. Dênis Soares (MPOG), a qual traz outras informações sobre a INDE, como organogramas e ciclo de implantação, estaria na página eletrônica do CNRH, em "documentos da 83ª reunião da CTCT". O Sr. Dênis Soares (MPOG) se colocou à disposição da câmara técnica, sempre que precisar, e também enviaria o link no Youtube para o acesso ao vídeo que mostra como explorar a ferramenta INDE. Item 4 – Apresentação: Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CMCH), por Antônio Marcos Mendonça (conselheiro suplente CNRH/MCTI), analista pleno em Ciência e Tecnologia, Coordenação Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CGMH/SEPED/MCTI): O Sr. Antônio Marcos apresentou: 1- histórico da organização da meteorologia no Brasil; 2- estrutura e o objetivo da CMCH que é coordenar a execução das atividades de meteorologia, climatologia e hidrologia, e promover sua articulação com as ações de governo nas áreas espacial, oceanográfica e de meio ambiente; 3- desenho esquemático do funcionamento da CMCH; 4- competências da CMCH (Dec. nº 6.065/2007); 5- algumas ações importantes da CMCH, entre elas discussões sobre estruturação da meteorologia nacional/ Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia (2012); 6- ações relatadas pelas instituições representadas na CMCH no âmbito da solicitação do Acórdão nº 2513/2009 do TCU; 7- desafio para disponibilização de dados climáticos; e 8- sugestões à CTCT: moção de apoio à integração e disponibilização dos dados ambientais em tempo real; e moção de apoio a investimentos na recuperação de dados climáticos históricos. Foram discutidos: necessidade de estruturação da Defesa Civil (prevenção / atuação na emergência / pós evento crítico); relocação de recursos financeiros em ações mais estratégicas; articulação com grupos que tratam de adaptação às mudanças climáticas (o MMA possui uma diretoria específica); separação do que é medição/constatação de modelagem; necessidade de sistematização dos dados existentes; as previsões aos eventos críticos existem, a dificuldade é o desenvolvimento de ações/produtos específicos a cada demandante; e a preocupação com a manutenção, ao longo de tempos futuros, das redes de informações. A apresentação feita pelo Sr. Antônio Marcos estaria na página eletrônica do CNRH, em "documentos da 83ª reunião da CTCT". Ao final da manhã, o Sr. Juliano Bueno de Araújo (ONG) solicitou que a CTCT se manifestasse sobre o anúncio de incluir o chamado “Gás de Xisto”, obtido por fraturamento de rocha de campos de gás natural em bacias sedimentares brasileiras, em licitação da Agência Nacional do Petróleo (ANP), em novembro de 2013. Historiou a discussão do tema na Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS), a qual já havia encaminhado proposta de Moção à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL), porém seria necessário complemento ao texto, considerando a importância/urgência do assunto. Após debate, foi dado o seguinte encaminhamento: a CTCT aprovou a produção de Nota Técnica com o assunto “*Estudos, Desenvolvimento Tecnológico e Moratória Técnica sobre a Exploração e Exploração de Shale Gas – Gás de Xisto – Gás não convencional*”, o qual seria preparado pelos representantes das ONGs, anexo a esta ata, e as seguintes complementações (em Itálico) à proposta de moção da CTAS: 1- no 3º Considerando: ... (ABC) *e do FONASC-CBH – Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas da Sociedade Civil*, de preocupação ... ; 2- como um Considerando (9º): *Considerando que não há matrizes tecnológicas e científicas, desenvolvidas por órgãos*

governamentais e pela academia científica brasileira, que demonstre dados e informações, para dar base a construção de regulações e normatizações necessárias para fins de exploração e exploração do Folhelho do Xisto – Gás não convencional – shale gas; 3- em complementação ao Art. 1º: ... (gás de xisto), em especial por não existir cientificamente e tecnicamente respaldo, gerando portanto Risco a Segurança Hídrica Nacional.; e 4- como novo artigo (2º): Art. 2º Recomendar, ao Ministério de Minas e Energia, ao Conselho Nacional de Políticas Energéticas e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, que haja uma moratória técnica, para fins de exploração e exploração, até que os Estudos sejam, realizados.

O representante do FONASC (ONG) agradeceu à CTCT pela sensibilidade na aprovação da produção dos documentos. Os dois documentos seriam enviados, por meio de ofício da CTCT, para a 130ª Reunião da CTIL (11 e 12/11/2013). Item 5 – Avaliação/encaminhamento da aplicação das informações contidas nas apresentações desta pauta nas atividades do grupo de trabalho “Desenvolvimento tecnológico para suporte à previsão de eventos extremos, alerta de cheias e plano de contingência como aperfeiçoamento de rede hidrométrica e sistemas de alerta em tempo real” + Item 6 - Formatação das Oficinas de Trabalho referentes aos temas: “Uso racional da água” e “Reuso de água”, considerando os segmentos industrial, doméstico e agrícola” + Item 7 – Grupos de trabalho no âmbito da CTCT: avaliação das atividades em curso e definição de suas estruturas de acordo com o Regimento Interno do CNRH (Seção V):

As discussões envolveram os 3 itens. A eficácia da continuação do GT Eventos Extremos, nos moldes de como vem trabalhando, foi debatida e questionada, considerando que já existem outras organizações no mesmo caminho. **Com isso, a formação do grupo foi confirmada, para que este possa refletir sobre os rumos do GT:** Dirceu Reis (OTEP), Mariana Philomeno (ANA), Jefferson Nascimento de Oliveira (OTEP), Juliano Bueno de Araújo (ONG) e Rosângela Santos (MCTi). **Quanto aos GTs "Reúso" e "Programa de Uso Sustentável da Água", foi decidido que seriam fundidos**, pela estreita relação dos temas. Nesse sentido foi sugerida, como exemplo, uma proposta ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) de regulamentação de certificação de equipamentos de reúso em área urbana. Como são necessárias justificativas, o uso sustentável apareceria consequentemente. Esse tema deveria estar em conversas constantes com setores da indústria. Como foi comentado pelo representante dos Irrigantes que para a agricultura irrigada o custo de energia é um grande fator, foram sugeridas as seguintes apresentações: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) - uso doméstico (novas estruturas prediais, por exemplo); "Pegada Hídrica"; "Norma Iso"; e "metodologia da Water Footprint Network (WFN)" que trata "água azul, verde, cinza"; além dos estudos que estão sendo realizados em parceria com a Universidade de São Paulo sobre, entre outros, quantificação de uso e descarte de água. Também foi lembrado que o CONAMA deverá ser envolvido em algum momento das discussões sobre reúso (índices/padrões de qualidade). **Encaminhamento sobre o GT "Reúso e Uso Sustentável da Água":** 1- **Membros:** Jefferson Nascimento (OTEP), representante da ANA, Nelson Filho (Irrigantes), Cláudia Salles (Indústria), Rosalvo Stachiw (ONG), Rosângela Santos (MCTi) e Luciana Costa (AESBE). 2- **Coordenador e relator** seriam designados posteriormente. 3- **Objetivo inicial:** construir as oficinas setoriais em 2014, as quais trariam o conhecimento à CTCT para a promoção de uma agenda propositiva ao CNRH, inclusive com a previsão do conhecimento de casos não bem-sucedidos e. 4- **Reuniões:** a serem definidas. A representante da Indústria reforçou o interesse e apoio do segmento às oficinas, em especial para a que for direcionada ao setor industrial. Item 8 - Assuntos Gerais e Encerramento: O Sr. Jefferson Nascimento (OTEP) informou que o Ministério da Integração Nacional havia deixado a CTCT por faltas. Uma chamada para recompor a vaga seria feita, já que não havia previsão de suplência progressiva na Resolução CNRH nº 146/2012. Com o consentimento de todos os presentes, o Sr. Jefferson faria os contatos com alguns técnicos e representantes da ANA sobre o desenvolvimento das Notas Técnicas solicitadas à Agência (eventos extremos e reúso). Sobre isso, haveria comunicação por e-mail. O Sr. João Clímaco (ONG) chamou à atenção para o não cumprimento, por este Conselho, da Resolução CNRH nº 144/2012, que estabelece diretrizes

para implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens. Cabe ao CNRH, anualmente, apreciar o Relatório de Segurança de Barragens, fazendo, se necessário, recomendações para melhoria da segurança das obras, bem como encaminhá-lo ao Congresso Nacional até 20 de setembro de cada ano. Considerou que seria oportuno um questionamento aos órgãos competentes. O Sr. Rosalvo Stachiw (ONG) falou sobre a não disciplina do uso dos recursos hídricos no estado de Rondônia, onde a piscicultura tem sido incentivada sem a preocupação com a forma adequada do uso da água. O debate correto sobre os efluentes gerados não acontece. Equipamentos de fiscalização são insuficientes. Considerando que uma das atribuições da CTCT é propor e analisar mecanismos de fomento e estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico em matérias ligadas a recursos hídricos, solicitou que a Câmara pensasse em uma pauta para a elaboração de documento que fomentasse a existência e qualidade de laboratórios na região e que subsidiasse grupos de pesquisa sobre recursos hídricos. O Sr. Jefferson Nascimento (OTEP) agradeceu a sugestão, a qual seria pensada para a CTCT, e indicou que o Sr. Rosalvo também estudasse a Moção CNRH nº 57/2010, que recomenda princípios e prioridades de investimento em ciência, tecnologia e inovação em recursos hídricos. **Previsão de reuniões CTCT 2014:** a cada dois meses (13 fevereiro, 3 abril, 5 junho, 7 agosto, 2 outubro, 4 dezembro). Ao final da reunião, o Sr. Juliano Bueno de Araújo (ONG) apresentou, conforme decisão da CTCT na parte da manhã, o texto da Nota Técnica que havia produzido sobre a "exploração do Xisto", o qual foi aprovado por todos os presentes. A relatora faria o encaminhamento, como definido anteriormente. Não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Jefferson Nascimento de Oliveira (OTEP), às 17h30, agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos desta 83ª Reunião da CTCT.

Ata aprovada durante a 84ª Reunião da CTCT, em 13 de fevereiro de 2014.

JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA
Presidente

RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA
Relatora